

# *Documento* Mais dinheiro 12 MAI 1992 para gastar no GAZETA MERCANTIL 2º trimestre

por Claudia Safatle  
de Brasília

Haverá mais dinheiro para os ministros gastarem no trimestre abril a junho, diante da recuperação de receitas tributárias que começou a ocorrer no mês passado. A qualidade do gasto, porém, terá que melhorar, deixando de lado as ações pulverizadas e concentrando os recursos disponíveis nos projetos prioritários.

Essa foi a mensagem que ficou da reunião de ontem do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, com os ministros da Ação Social, Ricardo Fiúza; dos Transportes e Comunicações, Affonso Camargo; da Agricultura, Antônio Cabrera; e da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Ângelo Calmon de Sá.

Representando o Ministério da Economia e o caixa do Tesouro Nacional estava o secretário executivo Luiz Antônio Gonçalves, que resumiu a este jornal o teor da reunião: "Há mais recursos, mas não haverá mudança da meta trimestral definida pelo Decreto nº 475. O que deve ser feito é uma reorientação do gasto, para evitar as ações pulverizadas".

O Ministério dos Transportes poderá contar com cerca de US\$ 80 milhões mensais, oriundos do imposto sobre importação de combustíveis, para trabalhar na manutenção da malha rodoviária nacional. A SDR e o Ministério da Agricultura, que contam com recursos fiscais, "deverão elencar suas prioridades de investimento, já cientes de que há um horizonte garantido de liberação dos recursos", salientou Gonçalves.

Pelas metas estabelecidas para cada trimestre, a SDR, por exemplo, que teve disponível no primeiro trimestre apenas Cr\$ 22,67 bilhões, terá agora Cr\$ 545,85 bilhões. O Ministério da Ação Social passa de Cr\$ 207,3 bilhões até março para Cr\$ 642,9 bilhões até junho. Somente poderá haver uma revisão dos gastos trimestrais, caso haja substancial melhora da receita fiscal, para o período julho/setembro.

O governo federal pretende ter uma base parlamentar mais segura e sólida. Os critérios políticos estão a cargo do ministro Bornhausen e o fluxo de caixa do Tesouro depende do Ministério da Economia.

(Ver página 3)